

MARIA DE LOURDES PINTASILGO  
E OS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

# O método das Audições Públicas e a formação do Querer Comum



MARIA DE LOURDES PINTASILGO  
E OS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

# O método das Audições Públicas e a formação do Querer Comum

FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

**Cadernos Temáticos já publicados:**

1 e 2 - Pensamento e Ação

3 e 4 - Síntese do Relatório Cuidar o Futuro  
e Briefing Summary Caring for the Future

5 - Democracia Paritária

6 e 7 - Contributos para uma nova política

Título: Caderno Temático 8, O método das Audições Públicas  
e a formação do Querer Comum

Coleção: Maria de Lourdes Pintasilgo e os Desafios da Sociedade  
Contemporânea

Edição: Fundação Cuidar o Futuro

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Foram mantidas a ortografia e a linguagem dos textos originais.

Coordenação Editorial: Hermano Carmo

Paginação e produção gráfica: Guide – Artes Gráficas, Lda

Depósito Legal n.º 466709/20

ISBN: 978-989-54161-7-2

# Índice

- 5** Prefácio
- 11** Manuscrito de MLP em que esboça as linhas gerais das audições públicas
- 15** As audições públicas sobre a qualidade de vida e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS 2030)
- 19** O que é uma Audição Pública?
- 21** Como é uma Audição Pública?
- 23** Definição e preparação de Audição Pública sobre o tema Qualidade de Vida
- 23** A - O Problema - Como assegurar a Qualidade de Vida ou Vida em Qualidade para todas e todos
- 24** B - Preparação da Audição Pública
- 26** C - Concretização: memorando para a organização
- 28** Sobre o conceito de qualidade de vida, alguns apontamentos:
- 31** Convite para desenvolver uma rede de parcerias mundial



# Prefácio

Este Caderno Temático nº 8, da coleção *Maria de Lourdes Pintasilgo e os Desafios da Sociedade Contemporânea*, procura divulgar, em breves traços, o método das *audições públicas*, muito querido a MLP e usado com grande mestria, na recolha de dados efetuada pelo grupo de peritos das Nações Unidas que coordenou ao longo de quatro anos (1993-1996), a Comissão Independente Sobre a População e Qualidade de Vida, do qual emergiu o incontornável relatório intitulado sugestivamente *Cuidar o Futuro – um programa radical para viver melhor*<sup>1</sup> (ICPQL, 1996).

É claro que, não tem a pretensão de ser nem um manual de instruções nem um livro de receitas, acabado e pronto a consumir: a nossa pretensão é apenas partilhar com o leitor um conjunto de princípios e de linhas gerais, esboçados por MLP, que ela utilizou com êxito no trabalho atrás referido, na esperança que, com autonomia, solidariedade e responsabilidade social, o (a) possa inspirar, para dar a sua contribuição pessoal (nunca menosprezável), para auscultar as necessidades dos nossos concidadãos e participar, de forma positiva, na construção de comunidades com melhor qualidade de vida.

Do meu ponto de vista, trata-se de uma iniciativa oportuna, *tanto pelos desafios da conjuntura*, desta segunda década do século XXI, *como pela potência da ferramenta proposta*.

## **Os desafios da conjuntura**

Em primeiro lugar, vejamos os desafios da conjuntura: como sabemos, esta tem sido marcada por três macro-tendências que estruturaram a sociedade mundial, desde a 2ª metade do século passado: a mudança acelerada,

a desigualdade social crescente e a alteração dos sistemas de poder. Estas três macrotendências tiveram, a meu ver, dois efeitos negativos:

- em primeiro lugar, a criação de um ambiente de *anomia* de instituições como a família, a escola e o Estado, que se viram frequentemente sem normas para responder a novos desafios;
- em segundo lugar, a criação de um clima de *insegurança*, indiciado por um acréscimo de tensão social e de violência e pela *fibrilhação* dos sistemas de Poder.

A anomia e a insegurança aumentaram extraordinariamente os níveis de *desconfiança* entre pessoas, organizações e instituições, como a investigação recente tem demonstrado<sup>2</sup>. Uma das razões para esta situação foi a *mudança de valores*: o sistema de valores, que funciona em qualquer sociedade como um *dispositivo quotidiano de orientação*, registou alterações significativas.

Há quase 30 anos, com a rutura do equilíbrio bipolar do Mundo do pós-guerra, o tripé doutrinário da revolução francesa sobre o qual assentava o contrato social, desequilibrou-se, em favor do pilar da liberdade e em detrimento dos pilares da igualdade e da fraternidade<sup>3</sup>.

Em consequência, valores como a *solidariedade* e estratégias como a *colaboração*, foram progressivamente menosprezados.

Em contrapartida, a *competição* e o *conflito* foram exaltados como valores estratégicos e como motores da Inovação e de Progresso. Esta posição baseava-se, a meu ver, em duas mistificações<sup>4</sup>:

- Em primeiro lugar numa *conceção errada de desenvolvimento*, assente numa leitura incompleta da teoria da evolução das espécies de Darwin, que, para além da competição e do conflito, havia observado a cooperação adaptativa como instrumento de evolução<sup>5</sup>;

- Em segundo lugar, num *quadro axiológico deformado*, dominado por um *transpersonalismo financeiro* que elegeu o dinheiro como novo ídolo; e, por uma obsessão pela notoriedade, expressão de um individualismo triunfalista<sup>6</sup>.

O que acabo de dizer para a sociedade em geral aplica-se ponto por ponto a Portugal, que, de acordo com dados do European Social Survey apresenta dos mais baixos índices de confiança da Europa<sup>7</sup>. Acresce que, para além de afetado por todas as tendências acima descritas, o nosso país sofreu nos últimos 60 anos uma mudança significativa, tardia, mas muito intensa<sup>8</sup>.

É neste contexto que se torna imperiosa uma estratégia transversal, que permita dotar a sociedade portuguesa (e também a europeia e a mundial) de uma cultura de solidariedade, assente na regeneração das relações de confiança. Foi por causa deste tipo de preocupações, por exemplo, que se designou o ano de 2019 como *Ano Nacional da Colaboração*, por iniciativa do Fórum da Governação Integrada, com os objetivos de privilegiar a confiança como valor básico a cultivar.

É também com este intuito que é necessário utilizar o quotidiano como *laboratório de cidadania*, de modo a *cerzir as relações de confiança*, necessárias à construção, em cada comunidade, do *querer comum* de que falava tantas vezes MLP. Ora, o planeamento, a organização e a realização de audições públicas, constituem excelentes ocasiões de aprender e cumprir a cidadania, pela dinâmica a que obrigam.

Bastante tempo antes de outros estudos<sup>9</sup>, em *Cuidar o Futuro* (1996) identificam-se seis desafios urgentes que se perfilam na atualidade<sup>10</sup>: a crise ambiental, o esgotamento do atual modelo de desenvolvimento, o envelhecimento global, o acréscimo de migrações, o agravamento de situações de exclusão social e de pobreza e, finalmente, o conseqüente aumento da instabilidade e a violência. Para os superar, apontam-se claramente três rotas de intervenção:

- a necessidade de se construir *uma nova visão global*, coletivamente e num vaivém dialético *bottom-up* e *top-down*, ancorada na ideia de sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural;
- a operacionalização de tal visão em *novas políticas públicas* relativas ao ambiente, à população, à educação, ao trabalho à saúde e à igualdade de género, orientadas por *uma filosofia personalista*;
- o envolvimento e *mobilização das forças sociais, e dos recursos disponíveis na sociedade civil*, uma vez que os desafios não podem ser enfrentados isoladamente.

*Deste conjunto de desafios e rotas de intervenção, emergem, a meu ver, três conjuntos de linhas de atuação* (numa lógica *bottom-up*, a fim de garantir o princípio da subsidiariedade), suscetíveis de *cerzir a confiança* indispensável à elevação do nível de capital social:

- no plano das *relações interpessoais*, a uma *escala micro*, há que investir fortemente na *educação prática e precoce para a cidadania*, a fim de cultivar a *autonomia, a solidariedade e a responsabilidade social*<sup>11</sup>;
- à *escala organizacional (meso)*, é indispensável *qualificar o diálogo* tanto nas relações laborais como no desenvolvimento de redes colaborativas de parcerias;
- à *escala comunitária e política (macro)*, é prioritário *revitalizar as comunidades de vizinhança* de modo a fortalecer os vínculos das famílias às escolas e às respetivas zonas residenciais, para as tornar amigas das famílias,

Pelo envolvimento da sociedade civil que exige, com muito trabalho e empenhamento, mas evitando populismos fáceis, *a estratégia das audições públicas parece constituir uma ferramenta robusta*, que permite formar a sociedade civil em exercício, permitindo a cada protagonista, como defendia o

saudoso Paulo Freire, *tornar-se sujeito da sua própria história* e não objeto de uma história feita por outrem.

### **A potência da ferramenta proposta**

Desta estratégia de investigação-ação, emergem três conjuntos ideias-chave que seguidamente se resumem.

Primeiramente, é evidente a *aposta no valor da sabedoria da sociedade civil, não só a voz dos incluídos*, pessoas e coletivos aceites e seguidos (e.g. OGs e ONGs, elites e líderes reconhecidos), *mas também a voz dos excluídos*, quer dos *invisíveis*, daqueles que deixam as sociedades civis e os Estados indiferentes como se não existissem, quer dos *explicitamente rejeitados*, por comportamentos racistas, sexistas, idadistas ou por preconceitos de outra natureza. Nesta valorização da sabedoria daqueles a quem roubaram a voz, reconhecemos em MLP Inspiração do pensamento e das propostas de Louis-Joseph Lebret, Danilo Dolci e o já referido Paulo Freire.

Outra ideia a reter é a *exigência do método*, a fim de o tornar um verdadeiro *laboratório de cidadania*, onde se *experimentam efetivamente*, quer os *direitos humanos* quer os *deveres cívicos*, de forma eficiente e com efeitos sustentáveis. Nele se evidencia:

- o *planeamento rigoroso* das audições, obrigando ao levantamento dos problemas, necessidades e atores; à seleção de testemunhas/representantes, questores e coordenadores/animadores do trabalho coletivo;
- a *organização minuciosa do espaço* onde se vão realizar os trabalhos (e. localização dos vários protagonistas) e *dos tempos e ritmos de participação* (e.g. dos testemunhos, dos questionamentos, das sínteses);
- a *criação de um dispositivo de controle dos resultados do trabalho coletivo*, procurando operacionaliza-lo em *conclusões e recomendações*, claras e escrutináveis;

- o *escrutínio dos efeitos sustentáveis das recomendações*, em termos de políticas públicas, de cuidados de proximidade e de melhoria da qualidade de vida das populações.

Finalmente, a ideia dos seus *efeitos derivados sustentáveis*, nomeadamente na *criação e aprofundamento de um clima de confiança*, que como se sabe, constitui o *oxigénio* da colaboração interpessoal e inter-organizacional:

- *em termos interpessoais*, pela indução de práticas de cidadania ativa a que obriga, contribui para o desenvolvimento pessoal da *autonomia*, da *solidariedade* e da *responsabilidade social*, particularmente no *respeito pela diversidade* (e.g. pela heterocronia da mudança, pela diversidade de género, de gerações e de culturas) e no modo democrático como se pratica o *discernir a realidade, a sua avaliação e a ação cívica*)
- *em termos coletivos*, pela promoção de práticas de governação integrada, *reforçando o capital social*, através do *cerzir de relações de confiança*, encorajando uma *comunicação de qualidade*, uma *participação esclarecida* e a *sedimentação de lideranças colaborativas*.

Que estas páginas constituam um desafio aos leitores, estimulando-os a experimentar as audições públicas no seu compromisso cívico de melhorarem a qualidade de vida das comunidades onde vivem ou trabalham, são os nossos votos sinceros.

HERMANO CARMO  
Dezembro de 2019

# Manuscrito de MLP em que esboça as linhas gerais das audições públicas

MLP

1) Uma Audição Pública é um acto em q̄ o público está presente e a q̄ assiste com interesse, à semelhança do q̄ se passa num julgamento em tribunal. <sup>INTERACTION POLICY BOARD WASHINGTON, D.C. 24<sup>th</sup> February 1986</sup> ~~So q̄ aqui se vai "julgar" nas pessoas mas não se vai julgar ninguém; vai-se criar um clima q̄ permite levar ideias e propostas mais longe.~~ Nota: Poderá ser permitido 1 ou 2 papeis do público por testemunha.

2) Há uma entidade que convoca a Audição Pública. Tem de ser suficientemente idónea para que a sua convocatória seja aceite.

Q: quem vai convocar? os 1.<sup>os</sup> assinantes do Manifesto?

3) Essa entidade é presidida por alguém m.<sup>to</sup> firme e q̄ conhece bem os assuntos em questão.

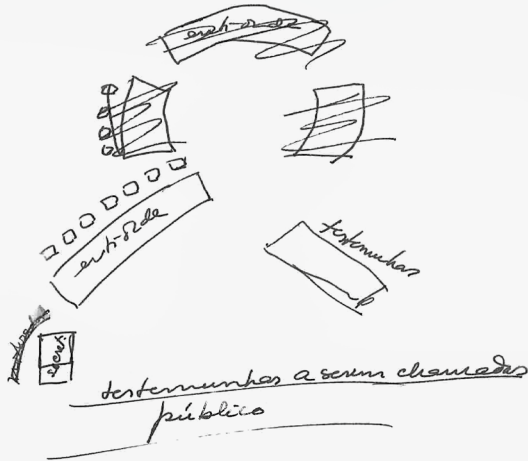
~~É essa entidade.~~ Cabe-lhe:

a) reconhecer as testemunhas e traçar-lhes o perfil;

- b) após cada intervenção das testemunhas, pedir ~~para~~ <sup>as</sup> questões das seus colegas e, se não forem as pontuais, ~~atribui~~ decidir quem deve ser o Interpelador;
- c) gerir o tempo de pergunta-resposta entre a testemunha e os questionadores;
- d) ir indicando para o público a progressão da Audiência; neste tarefa é adjudicado por 2 pessoas cf excepcional espírito de síntese q' lhe vai fazendo os pontos adquiridos: factos, solicitações, propostas.
- 4) Os questionadores são pessoas q' só falam cf as testemunhas e mantêm uma atitude de benevolente escuta e interrogação; não devem comentar entre si o q' vai sendo dito.



6) A topografia da Audiência tem a seguinte disposição:



7) Cada testemunha é chamada pelo presidente, tem entre 5 a 10 minutos para expor o seu ponto e 45 minutos para responder às perguntas; uma vez terminada a sua testemunha volta para o seu lugar, registando-se para outra testemunha e avisar por diante.

8) Este método só resulta se for encadeado seriamente por todos os intervenientes e tiver um mínimo de encadeamento.

# As audições públicas sobre a qualidade de vida e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS 2030)

## **Enquadramento:**

As Audições Públicas são uma metodologia inspirada na que foi utilizada pela Comissão Independente sobre População e Qualidade de Vida (ICPQL) entre 1993 e 1996, uma Comissão constituída no âmbito da Organização das Nações Unidas e presidida por Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004), com o objetivo de apresentar um Relatório sobre População e Qualidade de Vida no mundo inteiro. Logo no prefácio à 1ª edição portuguesa<sup>12</sup>, MLP explicou a razão de ser da escolha desta estratégia pela Comissão, referindo:

Em vez de se concentrar apenas numa investigação secundária (que dado o tempo de vida da Comissão, não podia ser senão uma compilação de pesquisas feitas por outros), ou de fazer apelo aos peritos de renome internacional nos vários campos a cobrir, decidimos dar um papel preponderante a testemunhos recolhidos em várias Audições Públicas nas principais regiões do Mundo.

Assim, a escuta das «vozes das pessoas», a partir da realidade da sua vida, constituiu o principal terreno de ensaio das opiniões que começavam a emergir na Comissão, mas que ainda não estavam consolidadas de forma coerente (FCF, 2017:21).

## **O valor das vozes do *querer comum***

Deste modo, apesar da competência de cada um dos membros da Comissão reconhecida formalmente pela escolha para aquela complexa missão, foi por estes constatado que, para poderem chegar a um discernimento mais profundo da realidade, teriam de escutar «as vozes das pessoas», não se limitando, redundantemente, a recolher dados recolhidos e interpretados por outrem.

Esta questão é fundamental e merece uma clarificação: a escolha do verbo *escutar parece propositada no texto de MLP uma vez que não se tratava simplesmente de ouvir os que não tinham voz, mas de os ouvir com uma atenção redobrada, motivada pelo compromisso cívico de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.*

## **O relatório da Comissão**

Em função da estratégia adotada, a Comissão realizou 7 audições públicas em diferentes zonas do globo, nas quais se escutaram uma gama muito variada de pessoas oriundas de 50 países.

As conclusões, foram apresentadas num relatório, publicado em 1996 pela Oxford University Press e traduzido em numerosas línguas. A versão portuguesa, foi publicada pela Trinova dois anos depois, com o título *Cuidar o Futuro – um programa radical para viver melhor* (1998). Em 2017, foi publicada uma segunda edição com o mesmo nome, integrada na Comemoração dos 40 anos de institucionalização da Comissão da Condição Feminina (CCF) – organismo criado por Maria de Lourdes Pintasilgo, enquanto Ministra dos Assuntos Sociais – a que sucedeu atualmente a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG). A 2ª edição tem o patrocínio da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade (SECI) e é prefaciada por Viriato Soromenho Marques.

As propostas deste Relatório, de uma inquestionável atualidade, identificaram uma “Agenda” para uma ação consciente sobre o mundo tendo em vista um futuro sustentável, centrado numa relação equilibrada e justa de todas as pessoas e destas com o planeta, mais tarde atualizada e operacionalizada pela *Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Como se poderá concluir da sua leitura, tratava-se de uma agenda universal e inclusiva, que pressupunha uma abordagem interligada das três dimensões do desenvolvimento sustentável, a económica, a social e a ambiental, concretizando os princípios enunciados no relatório apresentado por Gro Brundtland, primeira ministra da Noruega, em 1987, intitulado *Our Common Future*.

### **Contributos específicos de MLP**

Como muito bem resumiu Viriato Soromenho Marques no prefácio da 2ª edição,

os principais contributos de MLP para a temática da superação da crise ambiental e do desenvolvimento sustentável (são):

1º (a proposta de) um modelo epistémico que permita pensar de modo integrado os problemas. Contra os especialistas de vistas curtas, que erguem “diques” entre objetos de estudo, mutilando realidades vivas em estreita conexão, MLP exige um “salto quântico”, capaz de permitir o cruzamento e a fertilização interdisciplinar de saberes e disciplinas científicas. (...)

2º (...). Ao salientar o carácter central da “qualidade de vida” (...) MLP salienta a importância da sustentabilidade como processo político e social dinâmico, envolvendo a participação do maior número de cidadãos, organizações e instituições. (...)

3º (A expressão) *cuidar o Futuro* significa colocar no centro do debate e da ação pública a questão da justiça entre gerações. (...)

4º (O)s grandes princípios só poderão mudar o mundo se encontrarem um trilha para ser percorrido ao lado e no coração das mulheres e dos homens concretos (negrito nosso).

### **As audições públicas e a agenda dos ODS (2030)**

A metodologia de *Audições Públicas*, utilizada então pela Comissão e, atualmente, pela Fundação *Cuidar o Futuro*, procura operacionalizar os princípios, os valores e as práticas explicitados no relatório, contextualizando-os na Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aprovada em 2015 pelas Nações Unidas.

Nesse sentido, a *Fundação Cuidar o Futuro* tem promovido *Audições Públicas sobre "Qualidade de Vida"*, enquanto conceito e instrumento conceptual, com o objetivo principal de escutar a Sociedade Civil sobre este tema de importância coletiva criando oportunidades de se exprimir, apresentar testemunhos representativos, contar experiências, contribuir para a identificação e análise de problemas e obstáculos experimentados no quotidiano, apontar medidas e identificar estratégias para um futuro sustentável.

# O que é uma Audição Pública?

## **Um ato público mobilizador**

É um ato público, convocado por uma entidade idónea, com o objetivo principal de *escutar* a sociedade civil sobre um tema de importância coletiva, criando uma oportunidade de se poder exprimir, apresentar testemunhos representativos, contar experiências, contribuir para a identificação e análise de problemas e obstáculos experimentados no quotidiano, apontar medidas e identificar estratégias para um futuro sustentável.

A Audição Pública é, portanto, o culminar de um processo de mobilização da sociedade civil, no qual são apresentados um leque de testemunhos suscetíveis de tornar presentes os pontos de vista de diferentes sensibilidades e grupos sociais.

## **Um exercício de democracia**

Constitui um verdadeiro exercício de democracia por permitir dar a voz às pessoas concretas, de forma estruturada e pacífica. Ao longo do processo, pessoas e coletivos cultivam a cidadania, através da vivência da democracia, quer como *meta* a alcançar, quer como *método* a desenvolver.

Como *meta*, a democracia é interiorizada como uma *referência desejável*, com um quadro axiológico próprio, exercitando competências, de *reflexão crítica* sobre a realidade quotidiana, discernindo-a, avaliando-a e sugerindo alternativas para a sua superação.

Como *método*, a democracia é experimentada através de uma dinâmica colaborativa, em que todos os protagonistas têm possibilidades de aperfeiçoar competências de *comunicação* (de leitura, de escrita, de expressão oral

e de escuta), de *participação* (na preparação, tomada e execução de decisões coletivas) e de *representação* (na escolha de representantes).

### **Medidas e recomendações**

As medidas e recomendações identificadas são *organizadas e publicadas* tendo como objetivo chegarem a quem tem o poder de as implementar.

Por isso, uma das condições essenciais à realização de uma Audição Pública será *assegurar um leque de testemunhos* suscetível de tornar presentes os pontos de vista de diferentes sensibilidades e grupos sociais.

Com o objetivo de melhor os escutar está presente na Audição Publica um grupo de pessoas convidadas, de diversas áreas, com a função de interrogar para clarificar e aprofundar as experiências testemunhadas.

O critério norteador e integrador das recomendações, é a *qualidade de vida*, para todas e para todos.

# Como é uma Audição Pública?

A partir de apontamentos soltos de MLP, colhidos no âmbito do projeto *Para uma Sociedade Ativa* (1998), podemos inferir as linhas gerais do seu modo de conceber uma Audição Pública:

- 1) Uma Audição Pública é um ato em que o público está presente, a que assiste normalmente sem intervir, e na qual participam as “testemunhas” e uma mesa de “questores”, num clima que permita levar as ideias e propostas mais longe.
- 2) Há uma entidade que convoca a Audição Pública. Tem de ser suficientemente idónea para que a sua convocatória seja aceite.
- 3) A Audição Pública é presidida por alguém muito firme e que conheça bem os assuntos em questão. Cabe-lhe:
  - a) reconhecer as testemunhas e traçar-lhes o perfil;
  - b) após cada intervenção das testemunhas pedir as questões dos restantes membros da mesa e, se não forem espontâneas, decidir quem deve ser o interpelador;
  - c) gerir o tempo de pergunta-resposta entre a testemunha e os questores;
  - d) ir indicando para o público a progressão da Audição - nesta tarefa é coadjuvada por duas pessoas com espírito de síntese que lhe vão passando os pontos adquiridos: factos, soluções, propostas.
- 4) Os questores são pessoas que se dirigem apenas às testemunhas e mantêm uma atitude de benevolente escuta e interrogação e não devem comentar entre si o que vai sendo dito.

- 5) As testemunhas são representantes da sociedade civil e de grupos sociais relevantes para a temática que está a ser discutida incluindo:
- a) cidadãos e cidadãs de diferentes grupos socioculturais, partilhando as suas experiências de vida;
  - b) profissionais formalizando problemas e, se possível, sugerindo propostas;
  - c) poder local, universidades identificando os seus desafios e possíveis respostas;
  - d) ONGs e outros órgãos da sociedade civil, apontando dificuldades e possíveis meios de as ultrapassar.
- 6) A topografia da Audição Pública inclui:
- mesa com os questores que representam a entidade promotora;
  - mesa com as testemunhas (podem ser chamadas uma a uma ou estarão já na mesa própria);
  - mesa para o secretariado (se necessário nas primeiras cadeiras com as testemunhas a serem ainda chamadas);
  - espaço para o público.
- 7) Cada testemunha
- é chamada pela/o presidente, e tem entre 15 a 10 minutos para expor o seu ponto/ ler o seu testemunho, e 15 minutos para responder a perguntas;
  - uma vez terminado o seu testemunho, volta para o seu lugar, seguindo-se-lhe outra testemunha e assim por diante.
- 8) Este método só resulta se for encarado seriamente por todos os intervenientes e tiver um mínimo de encenação.

# Definição e preparação de Audição Pública sobre o tema Qualidade de Vida

A - O Problema - Como assegurar a Qualidade de Vida ou Vida em Qualidade para todas e todos

- A interdependência e a globalização significam que muitos dos problemas locais têm causas globais e vice-versa e que devem ser enfrentados por forma a assegurar um futuro sustentável e digno para todas e todos.
- Vivemos num mundo multipolar onde os equilíbrios de força e a emergência de novos poderes resultam numa complexidade acrescida com impactos na gestão e redistribuição da riqueza, na evolução da democracia e no acesso aos Bens públicos Globais.
- As alterações na sociedade, tanto no emprego, como na proteção social, como na evolução demográfica e dos fluxos populacionais (migrações e refugiados) exigem novas respostas para novos desafios que têm de ter presentes o quadro de alterações climáticas.
- A humanidade é uma comunidade global, cujas vidas estão interligadas, como tal as nossas escolhas, mesmo as do dia-a-dia, têm impacto direto nas outras pessoas.
- Ou seja, cada um de nós conta e por todo o mundo estão a surgir mudanças de hábitos e iniciativas inovadoras que devem ser encorajadas e promovidas.

## B – Preparação da Audição Pública

### I – Objetivo geral da Audição Pública:

Revitalizar a consciência cívica, social e política em torno do que pode/deve ser uma sociedade justa e equitativa a partir das componentes prioritárias da Qualidade de Vida.

### II – Objetivos específicos:

1. Identificar os *fatores prioritários* para assegurar Qualidade de Vida, materiais e imateriais;
2. Identificar as *componentes chave* da Qualidade de Vida, na perspetiva dos grupos envolvidos;
3. Listar o que poderiam ser *princípios universais* da Qualidade de Vida;
4. Estruturar *caminhos* para a sua obtenção e/ou reforço;
5. Dar forma visível e explicitar os problemas identificados e as soluções propostas no decurso de “Audições Públicas”, amplificando e repercutindo o debate;
6. Cruzar os *problemas levantados* e as *soluções propostas* pelos intervenientes nas Audições Públicas, com os resultados registados noutros países europeus, e no quadro das Nações Unidas (Plataforma SDG/ODS por exemplo), evidenciando as *boas práticas* e as *interações* entre os vários países.

### III – Atividades: aspetos a ter em conta

1. Fase de Preparação
  - Realizar ações de sensibilização/ conscientização dos grupos-alvo;

- Desenvolver sinergias com outros grupos, associações, autarquias, sindicatos e empresas para parcerias e sensibilização;
- Preparação logística (local), *canais de comunicação*, divulgação (cartazes e convites);
- Organização das testemunhas;
- Organização dos questores.

## 2. Fase de Realização

- Programação da sessão;
- Orientação da sessão;
- Registo da sessão.

## 3. Fase de organização dos resultados obtidos

- Abstract;
- Registo das atividades;
- Produtos:
  - Compilação de dados;
  - Cruzamento de dados;
- Conclusões e Recomendações;
- Difusão e replicação:
  - Apresentação dos resultados aos “poderes” responsáveis pela sua implementação;
  - Compilação dos métodos e seus resultados em ordem a desenhar o modelo de intervenção para futura utilização por terceiros.

C - Concretização: memorando para a organização

### **I - Aspectos gerais:**

- Local;
- Data (s);
- Objetivo Específico (centrado nas características da região).

### **II - Parcerias possíveis:**

1. Autarquias, Escolas, Universidades, etc., da região;
2. Contactar os grupos que poderão apoiar ou ser alvo das ações de sensibilização. Participantes possíveis: (citar exemplos concretos da região, grupos, instituições, forças vivas locais, pessoas influentes);

### **III - Mapa de Atividades: *timings e responsáveis.***

### **IV - Organização das medidas e recomendações registadas:**

1. Por áreas temáticas:  
e.g. educação, vida económica e social, vida política e pública, vida familiar, *mass media*...
2. Por vertentes de mudança (critério utilizado em Audições anteriores)
  - Medidas relativas à mudança cultural;
  - Medidas relativas à organização social;
  - Recomendações aos "mass media".

**Notas adicionais:**

- Na sequência de cada medida específica indicam-se os responsáveis pela sua implementação, entidades públicas ou privadas;
- Prever, na apresentação das conclusões, a inclusão de extratos dos testemunhos.

# Sobre o conceito de qualidade de vida, alguns apontamentos:

O conceito de *qualidade de Vida* é um elemento essencial da visão de MLP. É um conceito que contrapõe à noção de desenvolvimento, exatamente porque no seu cerne está a Pessoa, o seu presente, mas também o seu futuro. Surge associado a um conceito político novo que é o do *Cuidado*.

Nas palavras de MLP, *“Uma ética do cuidado pode dar um novo ponto de partida ao papel do Estado em relação às verdadeiras prioridades políticas das sociedades em que a pessoa humana deve ser o centro e o fim último de toda a decisão política”* (PINTASILGO, 2012: 138)<sup>13</sup>.

Segundo MLP, o olhar, a voz e a cultura das mulheres poderá trazer uma mudança qualitativa, *“novas perspectivas, outra maneira de dizer a realidade, de equacionar os seus problemas, de imaginar a sua organização e de lhe atribuir sentido”* (PINTASILGO, 2012: 128)<sup>14</sup>

As frases seguintes sobre Qualidade de Vida e sua Sustentabilidade são extraídas do Relatório “Cuidar o Futuro”, e foram escolhidas por MLP para uma agenda publicada no ano 2000 pelo Graal (correspondem ao mês de janeiro):

“No próximo século, a principal tarefa da humanidade deve inscrever-se num esforço intenso e prático de definição e de aplicação de uma verdadeira qualidade de vida.

Ao procurar a melhoria sustentável da qualidade de vida, a mais alta prioridade deve ser concedida à satisfação das necessidades básicas mínimas para a sobrevivência da população. Esta prioridade não pode ser negociável.

É fundamental uma quantidade mínima antes que a qualidade de vida possa ter significado. Mas, para além de um certo limite, a quantidade procurada em excesso pode tornar-se insustentável e conduzir à deterioração da qualidade de vida.

Há muitos elementos da qualidade de vida. Baseiam-se na fruição garantida e tranquila da saúde e da educação, da alimentação adequada e da habitação, de um ambiente estável e saudável, da equidade, da igualdade entre os sexos, da participação nas responsabilidades e na vida de todos os dias, da dignidade e da segurança. Cada um destes elementos é importante em si, mas a falta de realização nem que seja de um só pode minar o sentido subjetivo da qualidade de vida.

A segurança do ser humano é talvez o que conta mais na qualidade de vida. As pessoas têm o direito a ela – não simplesmente o direito de serem livres de danos evitáveis, mas de serem livres do medo dos danos. Portanto a segurança pessoal está intimamente ligada com a segurança económica. A ameaça à sobrevivência de cada um é também uma ameaça a tudo o que o rendimento e a propriedade proporcionam: nutrição, saúde, habitação, etc. E, entre as pessoas mais pobres, ameaças à sobrevivência são ameaças à própria vida.

Sustentabilidade é um conceito que torna pertinente tudo o que sabemos hoje, quer quanto à nossa consciência da importância da Natureza quer quanto ao carácter limitado dos seus recursos. É o fundamento da sobrevivência do ambiente, da sociedade, dos indivíduos e das economias.

A sustentabilidade tem também uma faceta social. Precisamos de preservar a diversidade dos seres humanos, permitindo que desenvolvam as suas personalidades, principalmente através da saúde e da educação.

A sustentabilidade é também a capacidade de os seres humanos se ajudarem uns aos outros, vencendo qualquer sentimento de solidão que de outro modo indicaria a diminuição e perda do potencial das pessoas.

Sustentabilidade, portanto, não é apenas um esforço a ser realizado pelas políticas públicas. É uma componente essencial dos deveres dos indivíduos para com a sociedade.

No momento em que estamos, no limiar do novo milênio e na encruzilhada de todos os processos de transição, temos que encarar simultaneamente dois desafios não resolvidos que são extremamente urgentes e a que temos de fazer face simultaneamente: livrar os seres humanos da pobreza e travar a degradação do ambiente.

# Convite para desenvolver uma rede de parcerias mundial

Lema: “Queremos uma outra qualidade de vida”

A Fundação Cuidar o Futuro (FCF) (<https://fundacaocuidarofuturo.pt/>) inspirada pela vida e obra de Maria de Lourdes Pintasilgo que nos deixou a sua experiência como líder política e pensadora a nível internacional, conhecedora dos problemas e das esperanças da população mundial, nomeadamente expressas no Relatório Mundial sobre População e Qualidade de Vida (<https://fundacaocuidarofuturo.pt/cuidar-o-futuro-um-programa-radical-para-viver-melhor/>) vem desafiar as pessoas e as instituições a criarem parcerias, tornando público o pensamento coletivo sobre questões como “Que qualidade de vida queremos para este nosso mundo? O que podemos nós fazer para uma melhor qualidade de vida? Porque não temos a qualidade de vida que merecemos?”

Deste modo nos associamos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e às propostas/ interrogações presentes na Encíclica Laudato Si.

O processo é simples: ouvir pessoas, grupos de pessoas, registar o que é dito, o que é testemunhado: meia página, uma página, página e meia, e partilhar. A FCF oferece-se como plataforma para recolher e divulgar os contributos.

Neste momento a FCF, em Portugal, está já a promover um conjunto de atividades para colocar estas questões em “Audições Públicas”, abrangendo a população em geral em três regiões diferentes do País, com entidades como Escolas, Municípios e Universidades.

O vosso interesse e participação são bem-vindos, contacte-nos para [geral@fundacaocuidarofuturo.pt](mailto:geral@fundacaocuidarofuturo.pt)

## Referências

- 1 ICPQL, 1996, Report of the Independent Commission on Population and Quality of Life, Oxford University Press
- 2 FUKUYAMA, Francis, 2015, Ordem política e decadência política: da revolução industrial à globalização da democracia, Lisboa D. Quixote.
- 3 CARMO, H., 2014, Educação para a cidadania no século XXI: trilhos de intervenção. Lisboa: Escolar Editora
- 4 CARMO, H. 2018, a confiança como oxigénio da colaboração, in 4.ª Conferência Internacional sobre Governação Integrada; Lisboa GOVINT, digitalizado no site GOVINT
- 5 JOHNSON, Steven, 2010, as ideias que mudaram o mundo: a história natural da inovação. A estratégias para cultivar as nossas futuras descobertas criativas, Lx, Clube do Leitor
- 6 STRENGER Carlo, 2012 O medo da insignificância como dar sentido às nossas vidas no século XXI, Alfragide, Lua de Papel
- 7 BRITES, R., 2011, Valores e Felicidade no Século XXI: Um Retrato Sociológico dos Portugueses em comparação europeia, Lisboa, ISCTE, tese de doutoramento
- 8 BARRETO, António 1996, a situação social em Portugal, 1960-1995, Lisboa, ICS.
- 9 GNESOTTO Nicole e GREVI Giovanni, 2008, o mundo em 2025 segundo os especialistas da União Europeia, Lisboa, Bizâncio e ADLER, Alexandre (apresentação), 2009, o novo relatório da CIA: como será o mundo em 2025? Lisboa Bizâncio
- 10 CARMO, H., 2011, Teoria da política social: um olhar da Ciência Política. Lisboa: ISCSP, p.231
- 11 CARMO, H., 2014, Op. cit., p. 193
- 12 FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO, 2017, Cuidar o Futuro: edição comemorativa, Lisboa, Fundação Cuidar o Futuro, Prefácio de Viriato Soromenho Marques, pág. 21. A 1ª edição portuguesa foi editada em 1998 pela Trinova
- 13 PINTASILGO, M.L., 2012, Para um novo paradigma: um mundo assente no cuidado, Porto, Afrontamento.
- 14 PINTASILGO, M.L., 2012, op. cit.





ISBN 978-989-54161-7-2

## CADERNO TEMÁTICO 8

Maria de Lourdes Pintasilgo esteve muitos anos à frente do seu tempo. Guiada por uma ideia de utopia positiva, ou seja, por uma ideia de que o possível deve ser o motor da ação humana que nunca se deve pautar apenas por responder ao imediato existente, MLP procurou sempre interpretar as questões problemáticas em termos de criar novos horizontes de compreensão da vida e do viver humano. Nesse sentido, muitas das análises que fez e das soluções que propôs ainda hoje têm atualidade e pertinência. Particularmente inovador é o modo como procurou ressignificar o conceito de *cuidado* que resgatou ao espaço tradicional da vida privada, pensando em conjunto *cuidado e justiça*, para o transformar num ingrediente essencial na configuração de um novo paradigma para a política, no quadro da ideia de *democratização do político*. A coleção *Maria de Lourdes Pintasilgo e os Desafios da Sociedade Contemporânea* pretende, exatamente, divulgar alguns textos onde os contributos originais do pensamento de MLP sejam mais paradigmáticos e evidenciem a sua capacidade de responder também às questões do mundo em que vivemos.

Com apoio de:



Promovido por:

